

## Atos

### ATO Nº 133 , DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Democratas - DEM, nomeia o Deputado Aldo Demarchi como membro efetivo na Comissão de Assuntos Desportivos, em substituição ao Deputado Rogério Nogueira, que passa à condição de substituto.

Assembleia Legislativa, em 19 de junho de 2015.

a) FERNANDO CAPEZ - Presidente

### ATO Nº 134, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observado o Ofício n.: 001/GTB/ALESP/2015, de 16 de junho de 2015, do Deputado Teonílio Barba, bem como os Termos de Adesão, nomeia as Deputadas e os Deputados relacionados abaixo para compor a Frente Parlamentar Contra o Projeto de Lei 4330 e em Defesa dos Trabalhadores.

A inclusão de novos membros e a exclusão por eventuais desligamentos, observados os respectivos ofícios do Coordenador da Frente, dirigidos ao Presidente da Casa, serão providenciadas pela Secretaria Geral Parlamentar - Departamento de Comissões, mediante atualização e publicação do Anexo, parte integrante deste Ato.

ANEXO - Ato nº , de 2015

Composição da Frente Parlamentar Contra o Projeto de Lei 4330 e em Defesa dos Trabalhadores

Nº DEPUTADO(A)	PARTIDO	PARTICIPAÇÃO
1 Teonílio Barba	PT	Coordenador
2 Adilson Rossi	PSB	Apoiador
3 Alencar Santana Braga	PT	Apoiador
4 Ana do Carmo	PT	Apoiadora
5 Atila Jacomussi	PCdoB	Apoiador
6 Beth Sáhão	PT	Apoiadora
7 Carlos Bezerra Jr.	PSDB	Membro
8 Carlos Giannazi	PSOL	Apoiador
9 Carlos Neder	PT	Apoiador
10 Clélia Gomes	PHS	Apoiadora
11 Ed Thomas	PSB	Apoiador
12 Geraldo Cruz	PT	Apoiador
13 João Paulo Rillo	PT	Apoiador
14 Jorge Wilson Xerife do Consumidor	PRB	Apoiador
15 Leci Brandão	PCdoB	Apoiadora
16 Luiz Carlos Gondim	SD	Apoiador
17 Luiz Fernando	PT	Apoiador
18 Luiz Turco	PT	Membro
19 Marcia Lia	PT	Apoiadora
20 Marcos Damasio	PR	Apoiador
21 Marcos Martins	PT	Apoiador
22 Orlando Morando	PSDB	Apoiador
23 Paulo Correa Jr	PEN	Apoiador
24 Professor Auriel	PT	Membro
25 Raul Marcelo	PSOL	Apoiador
26 Ricardo Madalena	PR	Apoiador
27 Roberto Tripoli	PV	Apoiador

Assembleia Legislativa, em 19 de junho de 2015.

a) Fernando Capez - Presidente

## Pauta

### 22 DE JUNHO DE 2015 64ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

#### 1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 996, de 2015, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Declara de utilidade pública a "Associação Ação Cristã Comunitária do Brasil - Projeto Shalom", em Santo André.

2 - Projeto de lei nº 997, de 2015, de autoria do deputado Alexandre Pereira. Classifica São Miguel Arcanjo como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 998, de 2015, de autoria da deputada Leci Brandão. Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Estado.

4 - Projeto de lei nº 999, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

5 - Projeto de lei nº 1000, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a produção e a comercialização de "foie gras" no âmbito do Estado.

6 - Projeto de lei nº 1001, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Juventude Evangélica Unidas por São Paulo", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 1002, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Moços de São Paulo", na Capital.

8 - Projeto de lei nº 1003, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública "Associação PROJUMI, Projeto Junto à Missões", na Capital.

9 - Projeto de lei nº 1004, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Cria o serviço "DISQUE EMPREGO" junto aos PATs (Postos de Atendimento ao Trabalhador) na Capital e demais cidades do Estado.

10 - Projeto de lei nº 1005, de 2015, de autoria da deputada Beth Sáhão. Proíbe aos clubes recreativos e similares a exigência de uniforme para ingresso em suas dependências de acompanhantes de menores e acompanhantes de idosos e de convidados de sócios da referida agremiação.

11 - Projeto de lei nº 1006, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dá a denominação de "Pastor Carlos Padilha de Siqueira" ao viaduto localizado no km 6,3 da SP 501, Rodovia Julio Budisk, em Presidente Prudente.

12 - Moção nº 47, de 2015, de autoria do deputado Marcos Martins. Manifesta repúdio aos vínculos de contratos de patrocinios no esporte brasileiro, com a empresa Eternit S.A., repúdio esse motivado pelo fato de a referida empresa ser fabricante de produtos que têm em sua composição o amianto, produto altamente cancerígeno.

#### 2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 35, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar nº 419, de 1985, que dispõe sobre a constituição do Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar, estabelece nova sistemática ao acesso do Quadro de Oficiais Especialistas - Músicos e dá providências correlatas.

2 - Projeto de lei nº 981, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Regulamenta a divulgação por qualquer meio ou processo de dado pessoal sem a prévia autorização de seu titular.

3 - Projeto de lei nº 982, de 2015, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Professor Vivalter Kerche de Camargo" à E.E. CHB Embu N, em Embu das Artes.

4 - Projeto de lei nº 983, de 2015, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Professor Henrique Costa" à Escola Estadual Jardim São Luiz II, em Embu das Artes.

5 - Projeto de lei nº 984, de 2015, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Professor José Camargo" à Faculdade de Tecnologia de Jales, unidade de ensino superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS), em Jales.

6 - Projeto de lei nº 985, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a Criação do Sistema Estadual de Prevenção ao Furto, Roubo e Comércio llegal de Bicicletas no Estado.

7 - Projeto de lei nº 986, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produto ou serviços informarem histórico dos preços dos produtos ou serviços em promoção.

8 - Projeto de lei nº 987, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a comercialização de utensílios infantis customizados com cristais e outros adornos em seu acabamento.

9 - Projeto de lei nº 988, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto que utilize penas e plumas de ganso, cisne ou outra espécie de ave no Estado.

10 - Projeto de lei nº 989, de 2015, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Dispõe sobre a responsabilização das empresas por defeitos e vícios na execução de obras de programas de habitação popular.

11 - Projeto de lei nº 990, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de equipamentos para utilização de água reciclada na lavagem de veículos.

12 - Projeto de lei nº 991, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Institui a Campanha de Conscientização sobre a Esteatose Hepática.

13 - Projeto de lei nº 992, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar contraceptivos reversíveis de longa duração para as mulheres que especifica.

14 - Projeto de lei nº 993, de 2015, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados nas vias e logradouros públicos e que venham perturbar o sossego público.

15 - Projeto de lei nº 994, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Renato Damo" ao Poupatempo de Mauá.

16 - Moção nº 42, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apelo para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que empreendam todos os esforços necessários visando a alteração de dispositivos de nosso Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), aumentando o rigor das penas, inclusive estabelecendo a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), para os bandidos que praticam crimes com emprego de armamento pesado ou de grosso calibre, além de granadas e outros artefatos explosivos.

17 - Moção nº 43, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi e outros. Apela para o Sr. Doutor Procurador Geral de Justiça do Estado a fim de que tome as providências cabíveis relativamente aos atos explícitos de escárnio e desrespeito à liberdade religiosa e à fé ocorridos durante a Parada LGBT, em 7 de junho último, na Capital, uma vez que tais lamentáveis acontecimentos configuram crimes passíveis de punição.

18 - Moção nº 44, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Líderes Partidários, a fim de que tomem as medidas cabíveis e urgentes necessárias à regulamentação da profissão de analista de relações internacionais ou internacionalista.

19 - Moção nº 45, de 2015, de autoria da deputada Beth Sáhão. Apela ao Senhor Governador para que retire a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5220, proposta pelo Executivo Estadual junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a emenda da Lei Complementar 1199/13, que garante às servidoras públicas estaduais em estágio probatório o direito à licença-maternidade de seis meses.

20 - Moção nº 46, de 2015, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Apela ao Senhor Governador do Estado de São Paulo a fim de realizar estudos aprofundados sobre a interrupção das obras de instalação das PCHs ao longo do Rio Pardo, impedindo o desmatamento de grandes áreas de mata nativa e a desapropriação de terras de pelo menos 33 produtores rurais, evitando prejuízos irreversíveis ao meio ambiente.

#### 3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 978, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Dr. Osmar Almeida Luz" ao AME - Ambulatório Médico de Especialidades de Fernandópolis.

2 - Projeto de lei nº 979, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Torna obrigatória a realização de exames oftalmológicos (exame de vista) gratuitos em todos os alunos que iniciarem o ensino fundamental da rede pública estadual de ensino.

#### 4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 971, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Declara de utilidade pública o "Centro de Apoio e Monitoramento Pré-Profissionalizante de Barueri - CAMP", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 972, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Profa. Ornella Rita Ferrari Sacilotto" à Escola Estadual do Parque Novo Mundo, em Americana

3 - Projeto de lei nº 973, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Cant-Art de Juquiá (ACCART)", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 974, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Maria Bernadete Foresto Cancian" à Marginal localizada no km 78 Sul da Rodovia Cornélio Pires - SP 127, em Piracicaba - Tietê.

5 - Projeto de lei nº 975, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "AMA - Associação de Amigos do Autista", em Araçatuba.

6 - Projeto de lei nº 976, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Declara de utilidade pública a "Casa da Paz", em Campo Limpo Paulista.

7 - Projeto de lei nº 977, de 2015, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Declara de utilidade pública a "Associação Leão de Judá", em Bastos.

#### 5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 965, de 2015, de autoria do deputado Delegado Olim. Dá a denominação de "Dr. Francisco de Assis Camargo Magano" à Divisão de Homicídios do Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Estado.

2 - Projeto de lei nº 966, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública o "Centro de Inclusão e Assistência às Pessoas com Necessidades Especiais - CIASPE", em Indaítuba.

3 - Projeto de lei nº 967, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia da Pioneira" das Igrejas Assembleia de Deus do Estado de São Paulo, a ser comemorado, anualmente, no dia 5 de maio.

4 - Projeto de lei nº 968, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Obriga os hospitais da rede pública e privada, contratados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS, a disponibilizar meios que permitam a presença de acompanhantes para pacientes que necessitem de internação.

5 - Projeto de lei nº 969, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o Programa Estadual de Doação de Alimentos - PEDA.

6 - Projeto de lei nº 970, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros no Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

#### 2ª Sessão

Projeto de lei nº 995, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com instituições financeiras controladas pela União, instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais de crédito, agências de fomento e bancos privados nacionais.

#### 3ª Sessão

Projeto de lei nº 980, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabecceiras - APRM-ATC, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

#### 2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 709, de 2014, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Antonio Alonso Fatini" ao Posto Fiscal do município de Votuporanga.

2 - Projeto de lei nº 842, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "José Cicote" ao Poupatempo de Santo André.

3 - Projeto de lei nº 1203, de 2014, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Institui o "Dia Estadual do Corretor de Imóveis".

## Oradores Inscritos

### PEQUENO EXPEDIENTE - 22/06/2015

- CORONEL TELHADADA
- CARLOS NEDER
- MARCOS NEVES
- CARLOS GIANNAZI
- JOOJI HATO
- JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

### GRANDE EXPEDIENTE - 22/06/2015

- RAUL MARCELO
- ROBERTO TRIPOLI
- CEZINHA DE MADUREIRA
- GILENO GOMES
- TEONILIO BARBA
- ORLANDO BOLÇONE
- FERNANDO CURY
- ANDRÉ DO PRADO
- CARLOS BEZERRA JR.
- ATILA JACOMUSSI
- MARTA COSTA
- CELSO GIGLIO
- ALENCAR SANTANA BRAGA
- DELEGADO OLIM
- CLELIA GOMES
- ALEXANDRE PEREIRA
- JOOJI HATO
- LECI BRANDÃO
- LUIZ FERNANDO
- ROBERTO MORAIS
- ANTONIO SALIM CURIATI
- CELSO NASCIMENTO
- LUIZ CARLOS GONDIM
- CAIO FRANÇA
- ITAMAR BORGES
- JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
- EDSON GIRIBONI
- DAVI ZAIA
- ANDRÉ SOARES
- REINALDO ALGUZ
- MARCOS MARTINS
- RICARDO MADALENA
- VANESSA DAMO
- IGOR SOARES
- PROFESSOR AURIEL
- CARLOS GIANNAZI
- ROQUE BARBIERE
- ENIO TATTO
- PEDRO TOBIAS
- ADILSON ROSSI
- LUIZ FERNANDO MACHADO

- GIL LANCASTER
- JOÃO PAULO RILLO
- ED THOMAS
- LUIZ TURCO
- MILTON VIEIRA
- WELLINGTON MOURA
- CORONEL TELHADADA
- BETH SAHÃO
- ALDO DEMARCHI
- RODRIGO MORAES
- CÉLIA LEÃO
- SEBASTIÃO SANTOS
- RAFAEL SILVA
- GERALDO CRUZ
- CARLOS NEDER
- MARCOS NEVES
- ROBERTO MASSAFERA
- MARIA LÚCIA AMARY
- MARCOS DAMASIO
- ORLANDO MORANDO
- MÁRCIO CAMARGO
- MILTON LEITE FILHO
- RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
- WELSON GASPARINI
- RITA PASSOS
- CARLOS CEZAR
- AFONSO LOBATO
- MAURO BRAGATO
- MARCIA LIA
- ABELARDO CAMARINHA
- CORONEL CAMILO

## Expediente

### 19 DE JUNHO DE 2015 63ª SESSÃO ORDINÁRIA

### OFÍCIOS

#### OFÍCIO

Memo-AR-025/2015

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, em conformidade com o artigo 9º da Resolução nº 870 de 13 de junho de 2011, a fim de requerer a Juntada dos Termos de Adesão, como Membro à Frente Parlamentar pela defesa da Vida e da Família, do Deputados: LUIZ FERANDO MACHADO (PSDB) , e RITA PASSOS (PSD).

Reitero nossos votos de estima e consideração.

a) Adilson Rossi

a) Rita Passos
a) Luiz Fernando Machado

(Republicado por ter saído com incorreções no D.A.L. de 19/06/2015)

### PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 36, DE 2015

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA
São Paulo, 08 de junho de 2015.

Ofício nº 2259/15 - JUR

Protocolado MP nº 151.816/14

Senhor Presidente:

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tenho a honra de encaminhar para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Projeto de Lei Complementar, acompanhado da respectiva justificativa, que objetiva nova redação ao § 3º do artigo 24 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paul, possibilitando a substituição dos membros eleitos do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça em seus afastamentos superiores a 15 (quinze) dias.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.
a) MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Procurador-Geral de Justiça
Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual FERNANDO CAPEZ
Digníssimo Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº \_\_\_\_, DE \_\_\_\_ DE 2015.
Altera o § 3º do artigo 24 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O § 3º do artigo 24 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 24. ....
.....
.....
§ 3º - Serão considerados suplentes dos membros eleitos os Procuradores de Justiça que se seguirem na ordem de votação, substituindo-os em seus afastamentos por mais de 15 (quinze) dias ou em caso de impedimento e sucedendo-os na vaga." (NR)

Art. 2º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Paulo,
GOVERNADOR DO ESTADO
JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei Complementar ora apresentado pretende alterar a Lei Orgânica do Ministério Público Paulista para que o prazo que autoriza a convocação de suplente de membro eleito do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça no caso de afastamento do titular, que atualmente é de 30 (trinta) dias, seja reduzido para 15 (quinze) dias, harmonizando-o ao interstício legalmente previsto para a substituição do Procurador-Geral de Justiça previsto no art. 9º, § 2º, 2, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993.

Estes, em resumo, os motivos que inspiram a presente propositura que decerto será aprovada pelos eminentes Deputados Estaduais.

a) MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA

Procurador-Geral de Justiça